

**GREVE DOS BANCÁRIOS + LÍNGUA ALEMÃ E O CENÁRIO
INTERCULTURAL DA REGIÃO + VALORIZAÇÃO DO
PROFESSOR NO BRASIL + SOBRE ENCICLOPÉDIAS E
PRIMATAS + SUICÍDIO E SOCIEDADE + ENCHENTE NO VALE**

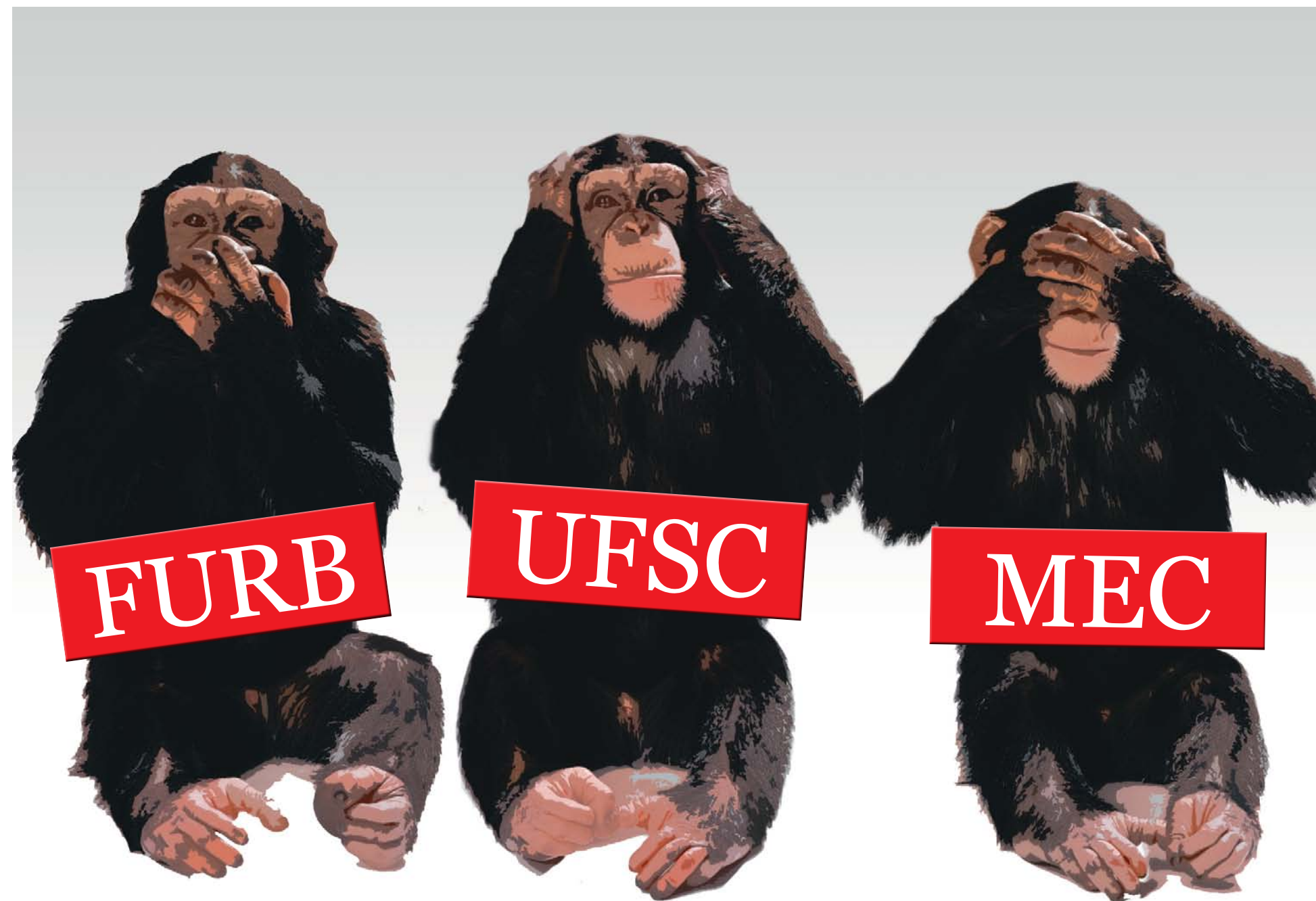
EXPRESSÃO

Ano 3 Número 25 Novembro.2011

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br



...e a prefeitura?

»Editorial

No último dia 20 de outubro, os trabalhadores da FURB legitimaram a *Chapa 1 - Defender & Construir* na eleição para a nova diretoria do SINSEPES com 87,89% dos votos válidos. Até outubro de 2014, o sindicato terá como presidente o professor Ralf Marcos Ehmke, que substitui o técnico-administrativo Tulio Vidor no cargo, mantendo a alternância das categorias no cargo máximo da entidade.

O desafio mais imediato desta nova gestão do SINSEPES já está apresentado. Trata-se da situação dos mais de 100 trabalhadores temporários que, de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta firmado ano passado entre o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a FURB, teriam de ser dispensados em janeiro. O SINSEPES se opõe a esta demissão em massa, e vai defender o direito dos servidores públicos à estabilidade dentro da Instituição. Se a FURB não vinha cumprindo com a legislação que impede o trabalho temporário por um período maior que dois anos – prática que se tornou comum, por um longo período, na universidade –, não são estes trabalhadores que tem de pagar agora pelos erros da administração.

A integração destes profissionais ao quadro da FURB só é possível através de concurso público – que a FURB não realiza desde a Ação Civil Pública movida MPSC em 2008. A estabilidade proposta pelo sindicato não garante progressão na carreira, mas ao menos não vai vitimar com o súbito desemprego trabalhadores que dedicaram anos de trabalho à Universidade. Situações de ameaça como essa são um ataque ao moral destes

servidores e influenciam na qualidade do serviço prestado pela Universidade à sociedade.

A defesa dos trabalhadores da FURB – sejam eles docentes ou técnicos-administrativos, concursados ou temporários – é a essência do primeiro dos seis eixos de propostas da campanha eleitoral da direção que assume o SINSEPES, que apresentamos brevemente neste editorial.

O desafio mais imediato da nova gestão diz respeito aos trabalhadores temporários que, de acordo com o TAC firmado ano passado entre MPSC e a FURB, teriam de ser dispensados

EIXO 1: A DEFESA DOS TRABALHADORES

O sindicato é responsável pela defesa dos interesses de todos os trabalhadores da FURB, de maneira especial àqueles relacionados à remuneração, condições e relações de trabalho e ao vínculo empregatício. A reivindicação por educação continuada para as chefias (que deve garantir um melhor clima organizacional), a manutenção dos direitos já adquiridos e a formação dos servidores – trazendo um entendimento mais profundo das questões relativas à Universidade e à própria cidadania – são alguns dos pontos a serem trabalhados com intensidade durante toda a gestão.

EIXO 2: A AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS

A nova diretoria vai lutar pela alteração dos critérios para obtenção de licença-prêmio (hoje sujeita aos interesses da administração), pela instalação de uma creche na FURB (ou ampliação do direito ao auxílio-creche) e pela garantia de auxílio-alimentação para todos os servidores, entre outros.

Depois do avanço democrático na última eleição para reitor, quando o voto dos técnicos-administrativos e dos professores passou a ter o mesmo peso, compondo 80% do total de votos válidos (antes, docentes tinham peso 70% e técnicos-administrativos, 15%), o SINSEPES quer consolidar esta conquista nas próximas eleições para reitoria da Instituição.

EIXO 3: O DIÁLOGO COM A BASE REPRESENTADA

Consolidados da gestão anterior do SINSEPES, o jornal *Expressão Universitária* e o programa *Cidadania em Debate* – veiculado na FURB TV e na Internet – vão continuar durante esta gestão. Através deles, e da página na Internet, o sindicato se comunica de maneira mais assídua e clara tanto com a categoria quanto com a comunidade externa. Espaços de reflexão sobre a realidade da classe trabalhadora em uma sociedade que exige cada vez mais de cada ser humano, os veículos de comunicação, assim como os eventos promovidos pelo sindicato, são ferramentas essenciais para dialogar com a base e buscar alternativas para o futuro.

Mas uma troca de gestão também é oportunidade para pensar melhorias nestes

meios de comunicação. Um dos objetivos propostos pela *Defender & Construir* é reformular o sítio do SINSEPES na Internet, tornando-o mais efetivo como ferramenta de comunicação do sindicato.

EIXO 4: A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FINANCIADA PELO ESTADO

A luta pela criação de uma universidade pública, gratuita e autônoma para a região do Vale do Itajaí continuará como uma das prioridades do SINSEPES nesta nova gestão. A estreita ligação com o Comitê Pró-Federalização e com o Projeto FURB Federal será mantida. Assegurar a inclusão de todos os trabalhadores da FURB nessa nova instituição de ensino superior será uma das tarefas cruciais do sindicato.

Além do Projeto FURB Federal, o sindicato quer a realização de concursos públicos para compor o quadro funcional da Instituição, além de defender a estabilidade dos servidores ameaçados pelo TAC e revogar as admissões temporárias por contrato administrativo, substituindo os mesmos por contratos regidos pela CLT.

EIXO 5: A RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Além de melhorar sua comunicação com a comunidade externa, o SINSEPES vem buscando, desde a gestão anterior, participar dos movimentos sociais comprometidos com as causas populares, a democracia e a luta pela emancipação humana. Essa luta também será mantida com o fortalecimento da participação do sindicato no Fórum dos Trabalhadores e no Fórum dos Movimentos

Sociais de Blumenau e com o relacionamento mais próximo com organizações intersindicais. Estreitar laços com as instituições internas dos trabalhadores da FURB – APROF, ASEF e APOPEF – é outro objetivo da atual gestão do SINSEPES.

EIXO 6: A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

O último Congresso do SINSEPES, realizado em 2009, teve como conclusão a necessidade de formar uma diretoria de Saúde no sindicato. A gestão anterior conseguiu incluir a área dentro da diretoria de Formação, mas há muito o que conquistar. A qualidade de vida dos trabalhadores deve ser prioridade de qualquer sindicato. O SINSEPES pretende, assim que possível, criar uma diretoria especialmente dedicada à saúde do trabalhador da FURB. Além disso, a constituição de OLTs (Organizações por Local de Trabalho) é outro ponto que precisa ser desenvolvido. São através desses grupos que o debate entre trabalhadores e sindicato ganha corpo, auxiliando na tomada de decisões acertadas nas Assembleias.

A FURB vem experimentando período intenso e nebuloso. Nos últimos anos, tivemos de lidar com uma Ação Civil Pública que levou à uma reforma na legislação interna. Agora, o movimento pela federalização da FURB chegou a um momento crucial, em que a UFSC negocia a vinda de um campus que, da maneira como foi inicialmente apresentado, não serve às aspirações da comunidade. Há muito a ser discutido, há muito pelo que lutar. Nossos trabalhadores precisam de respostas, e vamos em busca dessas respostas.

Conheça a íntegra das propostas da nova diretoria do Sinsepes na página do sindicato na internet: www.sinsepes.org.br

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Endereço:** Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900 **Telefone:** 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

Jornalista responsável: Leo Laps (01989JP-DRT/SC). **Projeto gráfico, diagramação e edição:** Leo Laps. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba). As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores. Acesse www.sinsepes.org.br e confira versões anteriores em PDF.

DIRETORIA SINSEPES - 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA) **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC)
Secretária geral: Laurete Maria Ebel Coletti (CCS) **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB)
Tesoureiro: Ezequiel Targino dos Santos (CCT) **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF)
Diretor de Imprensa e Comunicação: Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC) **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ)
Diretora de Formação e Relação Sindical: Nevoní Goretti Damo (CCS) **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edeimar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Leandro Junkes (Biotério Central)
Suplentes: Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA), Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Professores em extinção

A urgência da valorização da profissão docente no Brasil

POR RITA BUZZI RAUSCH, Doutora em Educação, vice-diretora do Centro de Ciências da Educação da FURB e docente/pesquisadora do PPGE e do PPGCC <ritabuzzirausch@gmail.com>

Ao longo dos estudos acerca da formação de professores, deparamo-nos com leituras que nos fazem entender que é impossível separar as dimensões pessoais e profissionais dos trabalhadores da educação. O professor é antes de tudo pessoa. Professor-pessoa que ensina aquilo que é e que, naquilo que é, encontra-se muito daquilo que ensina. Trata-se de “reconhecer que a necessária tecnicidade e cientificidade do trabalho docente não esgotam todo o ser professor. E que é fundamental reforçar a pessoa-professor e o professor-pessoa.” (NÓVOA, 2009, p. 21).

Entretanto, percebemos que a pessoa-professor anda muito mal. Os problemas relacionados à insatisfação docente são conhecidos da literatura há muito tempo. “*El malestar docente*”, o “*malaise enseignant*”, ou o “*teacher burnout*” são expressões que entraram recentemente no vocabulário cotidiano do professor para ressaltar os efeitos de caráter negativo que afetam a sua personalidade. Conforme Romão (2007), a Síndrome de Burnout literalmente quer dizer “queimar completamente para fora”, “extinguir-se como uma vela acesa”, “perder a energia”. É a Síndrome do Esgotamento Profissional, por meio da qual o docente perde o sentido da sua relação com o trabalho e, na maioria das vezes, o próprio sentido da vida. Codó (1999), que coordenou pesquisa no Brasil sobre a Síndrome de Burnout, denominou-a como “Síndrome da Desistência do Educador”.

Acompanhamos recentemente o desgaste emocional vivido pelos professores da educação básica da rede estadual de SC e em Blumenau. Lutas por dignidade, justiça e respeito. Nem mesmo o piso salarial nacional para os professores, tão irrisório, foi adequadamente implantado no Estado. Presenciamos tentativas de ignorar o plano de carreira dos professores, os anos em sala de aula, os cursos e todo o processo de profissionalização do professor. Todo este desgaste agravou mais ainda o mal-estar docente.

O termo, adotado por Esteve em 1994, representa a situação preocupante vivida pelos professores que se encontram desmotivados ou apresentando problemas de saúde, prejudicando assim o bom desempenho no trabalho pedagógico. Esse quadro é tão preocupante que a Organização Internacional do Trabalho (ANPES, 2006) caracterizou a docência como profissão de risco físico e mental.

Várias fontes apontam que,



Alexandre Hamada Possi - <http://www.flickr.com/photos/grandexandri>

nos últimos anos, o processo de aumento de responsabilidade e a rápida transformação do contexto social geram muitas modificações no papel do professor, causando mal-estar para muitos deles. Jesus (1998) vem investigando esta temática: compreende que o conceito de mal-estar docente é um fenômeno que sofre influências de diversos fatores, entre eles sociopolíticos, pessoais e da formação profissional. Considera que as mudanças sociais que ocorreram, principalmente da metade do século XX em diante, influenciaram significativamente a Educação e contribuíram decisivamente para a desvalorização do papel do professor. As principais mudanças

zes, leva ao adoecimento. Como instrumento de coleta de dados, aplicamos um questionário a 34 professores. Os dados foram analisados e categorizados em quatro dimensões: pessoal, interpessoal, organizacional e social.

O que mais provocou mal-estar ao longo da profissão docente, na percepção dos professores, concentra-se na dimensão organizacional, seguida da dimensão interpessoal e social. Quanto aos fatores de ordem organizacional, foi perceptível o descontentamento dos professores com o poder público, em especial no que concerne à desvalorização salarial e à precária infraestrutura das escolas em que atuam.

As principais reclamações dos

por exemplo, a família. Certamente, por causa dessa pressão social, a maioria dos profissionais tem desenvolvido uma série de patologias, sintetizadas naquilo que se convencionou chamar de “mal-estar docente”.

Os fatores desse mal podem variar mas, em geral, conjugam-se em uma espécie de “disfunção estrutural”: os docentes não conseguem mais se desincumbir das tarefas que a sociedade contemporânea lhes exige e, por isso, podem estar em vias de extinção, como alerta Cortesão (2002). Daí talvez resulte a falta de muitos profissionais em várias áreas do conhecimento em nosso país.

Como promotores de bem-estar docente destacaram-se nas respostas dos professores entrevistados fatores interpessoais, como a relação professor-aluno e professor-professor. Diante da formação contínua de qualidade, os professores sentem-se valorizados. A aprendizagem dos alunos, sentir-se sujeito ativo na construção histórica da sociedade, promovendo cultura, são outros aspectos que promoveram satisfação na trajetória profissional dos participantes da pesquisa.

Os desafios colocados aos professores pela sociedade atual são cada vez mais exigentes e constantes, exacerbando suas funções. Por outro lado, vivemos atualmente a submissão do professor a ritmos de trabalho acelerado, maior número de alunos por sala de aula, diminuição de seu salário, desvalorização profissional, baixíssima conservação da estrutura física das instituições educacionais, fatores estes contribuíram com o mal-estar docente também dos professores sujeitos da pesquisa. Todos os professores participantes atestaram vivenciar mais situações de mal-estar do que de bem-estar docentes ao longo da profissão. E o mais agravante: metade dos docentes, se pudesse voltar atrás, escolheria outra profissão.

Para reverter o atual quadro, em que predominam fatores de mal-estar docentes, é fundamental que as políticas públicas da educação e diferentes organizações educacionais – dentre elas as secretarias de educação e as próprias escolas – dêem novas respostas ao problema. É preciso uma articulação sistêmica entre toda a comunidade escolar e a sociedade brasileira buscando coletivamente e cooperativamente a resolução dos problemas reais e concretos da educação.

Temos participado efetivamente das discussões do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, que estabelece a política do Estado para os próximos dez anos. Nelas, percebemos o

quanto das diretrizes, metas e ações estabelecidas no PNE anterior (2001-2010) não foram cumpridas. Conclamamos um maior cuidado neste novo decênio, pois é imprescindível que após tão efetivo processo de participação e construção coletiva da proposta, consigamos concretizar muitas das metas estabelecidas, principalmente as que tangem à valorização dos profissionais da educação.

É fundamental que os professores estejam bem para educar bem. E a responsabilidade sobre o bem-estar dos professores compete às administrações educacionais e aos próprios docentes. As administrações educacionais devem estar conscientes de que o desenvolvimento profissional dos professores e a qualidade do ensino depende, em grande medida, de que os professores se sintam compreendidos, valorizados e apoiados, destinando meios e recursos para isso. Os professores, por sua vez, devem reconhecer que a qualidade da sua atividade profissional e sua satisfação com o trabalho dependem fortemente do seu equilíbrio emocional, razão pela qual precisam estar atentos ao seu cuidado.

O que se pretendeu com este texto foi destacar que é urgente o respeito, a dignidade e a valorização da profissão docente. E alertar que, hoje, de modo mais intenso, a submissão do trabalhador da educação à realização de um trabalho esvaziado de seu sentido compromete consideravelmente a qualidade da educação. O professor, para minimizar o mal-estar proveniente do exercício de uma atividade de trabalho em que se esvaem suas energias, procura formas para escapar do mal que se abate sobre ele, conclamando ajuda da sociedade.

Referências:

- CODO, W. *Educação: carinho e trabalho*. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- COTESÃO, L. *Ser professor, um ofício em risco de extinção? Reflexões sobre práticas educativas face à diversidade, no limiar do século XXI*. São Paulo, Cortez, 2002.
- ESTEVE, J. M. *El mal-estar docente*. Barcelona: Laia, 1987.
- JESUS, S. N. *Bem-estar dos professores: estratégias para a realização e desenvolvimento profissional*. Porto: Porto editora, 1998.
- NÓVOA, A. *Professores: Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.
- ROMÃO, J. E. 2007. *Docente: Um ser humano acima de tudo*. Visão Global, Joaçaba, v. 10, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2007.

No Brasil o salário é um dos principais motivos de insatisfação dos professores. Em Blumenau, outros fatores também vêm atacando a qualidade de vida dos mestres

apresentadas por este autor são: a era da informação, a democratização do ensino, as novas exigências sociais, a falta de materiais e o baixo salário.

Sabemos que no Brasil o salário é um dos principais motivos de insatisfação dos professores em exercício. Em Blumenau, além deste agravante, outros fatores vêm provocando insatisfação. Neste sentido, realizamos uma pesquisa com professores da rede municipal, em fase final de carreira, na tentativa de identificar os principais fatores que provocaram mal-estar ou bem-estar docentes ao longo da profissão.

O bem-estar refere-se à realização profissional, promovendo satisfação e comprometimento; o mal-estar, à insatisfação, tristeza e desânimo que, muitas ve-

professores no âmbito interpessoal voltam-se à demissão das famílias no apoio e acompanhamento dos educandos e, como consequência, à falta de limites nos alunos. Os valores sociais emergentes afetam, sem dúvida, a atividade docente, tornando-a cada vez mais complexa e exigente. Como destaca Romão (2007), nos últimos anos há pessoas e instituições cuidando dos vários componentes e atores dos sistemas educacionais; mas há poucas pessoas cuidando dos docentes. Ao contrário, a sociedade os tem responsabilizado por quase todas as mazelas sociais, derivando-as da má-educação, além de lhes cobrar, cada vez mais, funções cada vez mais variadas e complexas, antes exigidas de outras instituições como,

15 de outubro: Dia do...?

POR **JANILSON LOTÉRIO**, professor da rede pública estadual e secretário executivo da Regional Blumenau do Sinte/SC <janilson.loterio@terra.com.br>

Gostaria de dizer “Dia do Mestre”, “Dia do Educador”, “do Educador”, mas hoje fico na dúvida se podemos ao menos dizer: “Dia do Professor”. Cada vez mais trabalhadores em Educação tem de resolver questões que deveriam ser de responsabilidade da família, da comunidade, enfim, da sociedade, e que acabam os afastando da sua principal atribuição: o ato de educar. Também é de conhecimento de todos que esses trabalhadores tem jornadas longas, o que os impede de buscar novas fontes de conhecimentos e de didática, fazendo com que muitos deixem de ser professores para se tornar meros transmissores de conhecimento.

Por isso, penso que somos muitos mais do que professores. Somos pais, psicólogos, amigos, conselheiros, entre outras atribuições. E dessa forma deixamos, muitas vezes, de ser professores. Muitas vezes, pela própria situação da escola como um todo, temos de priorizar essas atribuições extras, seja pela indisciplina dos alunos ou pela falta de material e estrutura para exercer o trabalho, ou ainda pela falta de respeito com nossa profissão.

Por tudo isso, o mestre, o educador, o professor, merecem muito mais que apenas um dia para serem lembrados. Seu reconhecimento deveria ser diário, a todo momento.

A sociedade nos responsabiliza pelo futuro da nação, esquecendo de que somos responsáveis pelo seu presente. Lamentamos essa situação todos os dias, porém buscamos forças para continuar nossa jornada.

A sociedade nos responsabiliza pelo futuro da nação, esquecendo de que somos responsáveis pelo seu presente

nada. Como seria importante para a sociedade reconhecer que o professor trabalha para todos, e não apenas para si. Trabalha para que se formem, no país, verdadeiros cidadãos, pessoas que possam melhorar a Humanidade. Será que não se percebe que a responsabilidade por uma educação mais humana e digna é de todos? Afinal, será que sabemos qual a educação que queremos e para onde, afinal, estamos caminhando?

Muitas vezes os professores, para ter um mínimo de atenção dos órgãos governamentais, tem que partir para situações extremas como a greve. Entre os meses de abril e junho, Santa Catarina passou por uma das maiores greves de professores de que se tem notícia. Em vários momentos, 5 mil, 10 mil e até 15 mil professores foram às ruas pedir o cumprimento da Lei no 11.378/08, que define um piso salarial nacional para a categoria (hoje R\$ 1.187,00). Foram momentos de muita luta, garra e, por fim, tristeza, pois mesmo com toda a sociedade civil dando apoio aos professores – fato raro –, nossos governantes foram pouco sensíveis à causa.

Então pergunto: como estão esses professores que foram guerreiros durante 62 dias? Nas escolas, pelo que percebo, muitos estão buscando respostas para entender por que a Educação ainda não é prioridade no Estado de Santa Catarina; ou por que um Estado que se diz de primeiro mundo não faz seu dever de casa. Para ser um Estado verdadeiramente de ponta, é necessário ter bons cidadãos. E isso não acontece do nada. O que investimos hoje só terá re-

torno daqui a uma década. Só podemos ter um futuro melhor se o presente assim o for.

Nossos professores sabem que ainda há muita luta pela frente. Essa greve foi apenas o início de uma verdadeira guerra, que precisa urgentemente de novos combatentes. Não apenas professores, pois muitos estão desanimados e sofrem a cada dia pela falta de condições de trabalho, de respeito dos alu-

A greve foi apenas o início de uma verdadeira guerra, que precisa urgentemente de novos combatentes

nos e, principalmente, de reconhecimento da sociedade. Enquanto esse respeito não vem, os professores aguardam que o grupo de estudo formado pelo governo estadual elabore uma nova carreira para a categoria, onde a valorização seja o ponto fundamental. Aguardam que os pais vejam a escola como um lugar onde seus filhos vão para ter contato com novos conhecimentos e produzir novos saberes, e não apenas passar o

tempo. Aguardam que os governantes percebam que uma biblioteca equipada, uma sala de aula com tratamento térmico e acústico, um bom ginásio, etc, fazem uma grande diferença. Aguardam que esses mesmos governantes percebam que um terço de hora atividade é o mínimo que o professor precisa para estudar, preparar suas aulas, avaliar seus acertos e erros, ou simplesmente respirar. Aguardam a possibilidade de ter acessos a cursos de especialização, mestrado e doutorado, para que possam ser melhores professores do que já são, quem sabe numa universidade federal na nossa região.

A educação é de responsabilidade de todos, sem exceção, mas se essa responsabilidade continuar a ser apenas dos professores, tenho a convicção de que, se boas notícias não surgirem, estes não fugirão da batalha. Mesmo sabendo que, dessa maneira, todos perdem, pois acreditar que é possível outra Educação faz com que todos sigam nessa batalha diária até a verdadeira revolução na Educação ocorrer. Depois disso, o Dia 15 de outubro, dia do professor, do mestre, do educador, nunca mais será o mesmo.

VIOÊNCIA CONTRA O PROFESSOR



Duke/ Jornal O Tempo - 4/11/2011

FURB sedia abertura da Semana Municipal da Consciência Negra

O Movimento Cisne Negro promove, de 21 a 26 de novembro, mais uma edição da Semana Municipal da Consciência Negra de Blumenau. Este ano, o tema é "Lutar, Resistir e Transformar! Zumbi Vive Aqui", uma homenagem à Zumbi dos Palmares, virou símbolo da resistência contra a escravidão no país

A FURB sedia a abertura da Semana no auditório do Bloco T, no campus 1, dia 21 de novembro, às 19h. O professor da UFSC, João Carlos Nogueira, fará palestra sobre os problemas e avanços na construção de políticas públicas para os negros no Brasil. Também será exibido o curta-metragem *Vista a minha pele*.

Confira a programação em movimentocisnenegro.blogspot.com.

Ocupem Wall Street e os ricos dos EUA

“Vim para cá porque não acredito mais no processo que a elite chama de democrático. Não tenho dinheiro para pagar a universidade, não consigo arrumar emprego e minha única alternativa, fora da praça, é ir para a Flórida, onde moram meus tios, e me alistar como fuzileiro naval. A democracia, o mundo das possibilidades, das escolhas, é tudo uma falácia”

A fala de Eric Suarez, 25 anos, participante do movimento “Ocupem Wall Street”, descrita na reportagem de Eduardo Graça para o jornal Valor econômico, retrata a atual realidade do povo do “país mais rico do mundo”. O proteto, que se espalhou pelo país - e pela Europa, também em crise - como um “Outono Americano” (parafraseando a “Primavera Árabe”), exige que banqueiros e instituições financeiras paguem pela crise econômica que empobreceu de maneira brutal a população do país – só em Nova Iorque, cidade ícone do consumo e do capitalismo (e onde o movimento iniciou), 20% dos habitantes vivem hoje abaixo da linha da pobreza.

Enquanto isso, a investida do presidente Barack Obama de aumentar impostos das grandes fortunas nos EUA – o que elevaria a arrecadação do governo em cerca de US\$ 1,5 trilhão taxando apenas 0,3% dos contribuintes estadunidenses – está sendo repudiada pelos republicanos, que já haviam obtido cortes no orçamento das áreas de saúde, seguridade social e educação. O que não é estranho, visto que foi o republicano Bush filho que reduziu substancialmente a taxa de impostos dos mais ricos.

Leia a reportagem no link http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_na_praça_contra_tudo

Mobilizados, bancários obtem conquistas com greve

A última greve nacional dos bancários, encerrada dia 17 de outubro, terminou com avanços para a categoria tanto na pauta financeira quanto social. As conquistas são fruto de um longo processo de mobilização de uma categoria que, desde 2004, consegue unificar, todo ano, trabalhadores de bancos públicos e privados na luta por condições de trabalho mais justas. A profissão é a que registra mais adoecimentos físicos e psicológicos no país – para se ter uma ideia, segundo pesquisa realizada em 2009 na Universidade de Brasília, entre 1996 e 2005 nada menos que 181 bancários cometeram suicídio: um a cada 20 dias.

“A carga de trabalho é muito grande, e de certa maneira isso está generalizado em todas as profissões no país. Mas o bancário é responsável por lidar com valores muito altos, onde uma vírgula errada pode causar sérios problemas. Enquanto na Europa uma agência tem em média de 3 mil a 5 mil clientes, aqui esse número fica entre 7 mil e 10 mil”, argumenta o presidente do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região (SEEB), Leandro Spezia. Além disso, a instituição de metas abusivas, rankings individuais de performance (extintos após a última greve) e o consequente assédio moral são

alguns dos elementos que tornam a vida de um bancário brasileiro bem mais dura do que parecem sugerir os bilhões de reais de lucro líquido anunciados a cada ano pelas maiores instituições financeiras do país.

De janeiro até setembro deste ano, o Itaú bateu o recorde de lucro líquido de um banco brasileiro no período: R\$ 10,9 bilhões. Banco do Brasil e Bradesco seguiram a mesma tendência, com balanços positivos de R\$ 9,15 bilhões e R\$ 8,3 bilhões. Enquanto o mundo assiste a uma crise mundial, que derruba primeiros ministros europeus e dispara a desigualdade social nos Estados Unidos, o mais poderoso país do mundo, os bancos brasileiros enriquecem a cada ano. Diante desses números, e do aparente horário reduzido de trabalho dos bancários (afinal, os bancos só abrem das 11h às 16h, de segunda a sexta-feira), há quem confunda banqueiros (os donos dos bilhões) com bancários, os trabalhadores que fazem jornadas de até 10 horas diárias para cumprir as tais metas e que, este ano, graças à greve, conseguiram elevar o piso da categoria para R\$ 1250,00 – 4,3% de aumento real – após sete rodadas de negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). “A cada ano de greve temos conquistado melhorias, mas só porque paralizamos, porque nos mobilizamos para valo-



rizar nosso trabalho”, destaca Spezia. Outra conquista financeira da categoria foi a garantia de 2,2 salários ao ano a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A mídia, por seu lado, faz o papel de colocar trabalhadores contra trabalhadores. A cada greve – e na dos bancários não seria diferente – direciona seus repórteres e editores a destacar os prejuízos para a população diante das contas que não podem ser pagas, dos ônibus que não virão, das aulas que as crianças não vão ter. E quando os bancos, anunciantes de primeira linha do horário

nobre das redes de televisão (o banco “feito para você”, o do “vamos fazer juntos?”, ou aquele “completo”, como ironiza o editorial da última edição da *Folha Extra*, publicado pelo SEEB - leia o PDF no site www.bancariosblumenau.org.br), são o alvo da classe trabalhadora, o discurso conservador da grande mídia, apoiadora da flexibilização das leis trabalhistas, se revela ainda mais. Afinal, mais fácil culpar os trabalhadores anônimos do que questionar os grandiosos lucros que patrocinam tantos carnavais e times de futebol Brasil afora.

Greve teve duração de 20 dias, fechando mais de 9 mil agências em todo o país (Foto: Magali Moser)

Dauro Veras



No Campeche, moradores desmantelam passarela de condomínio particular

Os moradores da Praia do Campeche, que há dez anos se mobilizaram e apresentaram à prefeitura de Florianópolis um plano diretor comunitário bem diferente do aprovado pelos vereadores na época, mostraram no dia 1º de outubro que continuam politizados e atentos aos ataques do setor imobiliário ao bairro.

Depois de perder o Bar do Chico, ponto de encontro da comunidade desde os anos 1980 – derrubado ano passado por estar em área de preservação –, os moradores do Campeche assistiram a construção, no mesmo local, de uma passarela particular, exclusiva aos clientes do condomínio Essence Life Residence.

Revoltados, protestaram. Sem ouvir resposta, se uniram e fizeram um mutirão para desmontá-la, tábuas por tábuas, em uma demonstração de resistência popular ao poder econômico e suas relações com o poder público local. (Com informações do blog novocampeche.blogspot.com)

diversas

Charge do Charles

Cientistas da NASA sobrevoam cidades no Vale do Itajaí para pesquisar um fenômeno curioso: enquanto a maioria perde a mobília com a enchente, nas câmaras de vereadores as cadeiras multiplicaram-se...



Comitê mantém luta por universidade autônoma para o Vale

Negociações com UFSC não mudam foco da mobilização pela transformação da FURB em uma instituição de ensino superior pública, gratuita e independente



Plenária debateu proposta da UFSC e encaminhou próximos passos do movimento pela federalização da FURB (Foto: Leo Laps)

O Comitê Pró-Federalização vai reforçar a mobilização popular e a articulação política com o governo federal para criar, a partir da Universidade Regional de Blumenau (FURB), a Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI), uma instituição de ensino superior autônoma, pública e gratuita. A decisão ocorreu em plenária do movimento no dia 4 de novembro, uma semana depois da comitiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), liderada pelo reitor Álvaro Prata, apresentar uma proposta de criação de um *campus* dentro da FURB, já a partir do segundo semestre de 2012.

O objetivo do Comitê é evitar que a demanda regional por uma universidade com milhares de vagas, pesquisa e extensão, voltada para o Vale do Itajaí, seja substituída por um campus de proporções bem menores, totalmente dependente das decisões de Florianópolis.

lis. A proposta apresentada pela comitiva da UFSC não atende, segundo a plenária, às premissas essenciais da luta pela federalização da FURB, como a garantia de cessão do atual quadro de servidores e dos estudantes da universidade Blumenauense.

Na apresentação em Blumenau, Prata foi incisivo: para ele, será necessário fazer concurso público para trabalhar, e vestibular para

O plano da UFSC é aumentar sua influência aos poucos, ao mesmo tempo em que a FURB diminui até deixar de existir

estudar neste novo *campus*. “A ideia de federalização como vinha sendo defendida, com incorporação da FURB, não é possível. Não faz parte da política do governo, que não quer mistu-

rar (universidades) federais com estaduais, municipais ou comunitárias”, argumentou o reitor da UFSC, para depois garantir que, “apesar de não usar o nome federalização, o objetivo final é o mesmo”.

O plano da UFSC é aumentar aos poucos sua influência na FURB, ao mesmo tempo em que a universidade Blumenauense vai diminuindo, até deixar de existir. O Comitê Pró-Federalização, por sua vez, deseja que a UFSC seja apenas tutora na fundação da Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI), como ocorreu com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no Oeste do Estado, em 2009. O movimento confia que, com a aprovação na Câmara dos Deputados do projeto de lei 7287/2010, que cria a UFVI, e a garantia de R\$ 200 milhões para esta nova universidade no próximo Plano Plurianual (PPA) do governo federal, o processo de federalização da FURB seguirá forte. O prazo para

emendas ao PPA foi estendido até o dia 13 de novembro, e deve ser votado ainda este mês, em Brasília. A dotação orçamentária para a UFVI foi incluída no PPA da bancada catarinense pelo deputado federal Décio Lima (PT).

Sem prever a incorporação dos funcionários e estudantes, a proposta deixa a comunidade da FURB com um pé atrás: o que acontecerá com um curso que já existe na FURB quando a UFSC assumir as novas turmas? Minguará semestre após semestre até ser extinto? O que acontecerá com os técnico-administrativos, os professores e os estudantes, conforme a UFSC “cresça” dentro da FURB? A falta de um plano com começo, meio e fim – a Reitoria da FURB sequer recebeu por escrito a proposta da UFSC – parece colocar em risco quase uma década de luta pelo ensino superior público e gratuito no Vale do Itajaí.

GRUPO DE TRABALHO

Quando a presidenta Dilma Rousseff anunciou, em 14 de agosto, a criação de quatro novas universidades federais na Bahia, Ceará e Piauí, a reviravolta obtida no mesmo dia em Brasília por uma comitiva de Blumenau garantiu nova chance para a região. Na ocasião, o Ministério da Educação (MEC) sugeriu a criação de um grupo de trabalho (GT), que seria formado por membros da FURB, UFSC e Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB). O objetivo seria encontrar, em parceria, uma solução para o processo. O SINSEPES e o Comitê Pró-Federalização solicitaram participação no GT, o que não foi atendido na época. No dia 7 de novembro, ambas as entidades foram incluídas no grupo de trabalho que terá até

o dia 28 de novembro para debater a questão dentro da FURB e apresentar propostas alternativas para a questão.

Na sucinta apresentação feita pela pró-reitora de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina, professora Yara Maria Rauh Muller, apresentaram-se soluções conforme os interesses da UFSC. Exemplo disto foi que, dentre os cursos sugeridos para iniciar as atividades do novo campus, o de Música teve atenção especial da pró-reitora: “Sempre quisemos um curso destes e, como a FURB já o tem, ambos podemos aprender”, afirmou.

A maneira como a proposta da UFSC foi apresentada fez diversos membros, quer do Comitê, quer da comunidade universitária local, duvidarem que tenha havido reuniões por parte do referido GT. Assim, um dos encaminhamentos da plenária foi solicitar às duas reitorias a oficialização, por meio de portarias, da existência deste grupo de trabalho incumbido de discutir a incorporação da FURB à UFSC. Para tanto, uma vez mais, pediram a inclusão do Comitê.

No dia 17 de novembro ocorre o primeiro turno das eleições para a Reitoria da UFSC, com cinco chapas concorrentes. Segundo Álvaro Prata, a mudança no comando não deve representar mudanças no projeto do *campus* de Blumenau. Entretanto, dos cinco candidatos ao cargo de reitor, dois discordam da política de expansão da UFSC no Vale do Itajaí: Dilvo Ristoff, que foi o primeiro reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul, e Roselane Neckel, quem inclusive defendeu, no grupo do Facebook denominado *Sou Pela FURB Federal*, a criação da Universidade Federal do Vale do Itajaí.



Encontro em Blumenau teve a participação de estudantes e membros da comunidade, que marcharam pelas ruas e fizeram uma vibrante manifestação na Câmara dos Vereadores (Foto: Leo Laps)

Estudantes marcam presença em audiência pública da Câmara Federal

Dia 3 de outubro, uma Audiência Pública promovida na cidade pela Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara Federal dos Deputados (a pedido do Comitê Pró-Federalização) recebeu, na Câmara dos Vereadores de Blumenau, estudantes universitários e secundaristas, servidores da FURB, diversas lideranças e membros da comunidade regional. O encontro resultou em um documento com cinco encaminhamentos para deliberação da CEC (veja quadro abaixo). Entre eles, consta a aprovação, na Câmara de Deputados, do projeto de lei 7287/2010, que cria a UFVI, com garantia de incorporação, tanto do patrimônio quanto dos atuais servidores e estudantes da FURB, na nova Instituição.

Mesmo antes dos debates iniciarem na Câmara dos Vereadores, os estudantes que marcharam da FURB rumo à Câmara dos Vereadores mostraram que continuam focados na luta pela federalização. Com tambores e gritos de “FURB Federal, prioridade regional”, eles puxaram uma vibrante manifestação dentro da Câmara dos Vereadores, aplaudida de pé pelos membros da mesa. No auditório lotado, foi unânime a ideia de que a implantação no Vale do Itajaí de uma universidade federal, pública e gratuita, precisa passar pela FURB, capaz de atender imediatamente até 15 mil estudantes.

Um próximo passo decisivo é incluir a UFVI nas emendas do Fórum

da Bancada Catarinense para o Plano Plurianual 2012/2015, que define as diretrizes orçamentárias do governo federal para os próximos quatro anos. Formado pelos 16 deputados federais e três senadores eleitos no Estado, o Fórum se reuniu no dia seguinte à Audiência Pública de Blumenau. O prazo inicial para apresentar as emendas era 18 de outubro. Acabou sendo prorrogado para 13 de novembro.

Segundo nota publicada no sítio do deputado federal Pedro Uczai (PT) – que coordenou a audiência em Blumenau –, as 10 emendas do Fórum Parlamentar devem focar nas seguintes áreas: “1º recursos para a prevenção de desastres; 2º investimentos na área da saúde; 3º educação, para expansão de universidades e institutos federais; 4º melhorias e modernização de rodovias; e 5º inclusão dos projetos das ferrovias Norte/Sul e da Integração”.

Assim, o item 3 deve incluir a emenda do deputado federal Décio Lima (PT) que pede orçamento anual de R\$ 200 milhões para a UFVI – hoje, o orçamento da FURB é estimado em R\$ 120 milhões por ano. É um passo essencial que, inclusive, está listado no projeto de lei 7287/2010. Sem a dotação orçamentária, não haverá verba pública para bancar a criação da UFVI. Segundo o sítio do governo federal, o Plano Plurianual deve ter, para o próximo quadriênio, 38% mais verba que o anterior (2008/2011), alcançando R\$ 5,4 trilhões.

Os 5 encaminhamentos

- 1) Aprovar o projeto de lei 7827/2010 na Câmara dos Deputados, garantindo a criação da UFVI. O PL já foi aprovado no Senado;
- 2) Pressionar a bancada catarinense em Brasília a articular com o Ministério da Educação, convencendo o ministério da necessidade de criar a UFVI no Vale do Itajaí;
- 3) Não abrir mão da transferência dos alunos e a cedência dos servidores e do patrimônio da FURB à nova universidade;
- 4) Abrir as portas para que a UFSC auxilie na criação da UFVI como tutora do processo;
- 5) A UFVI deve ser criada a partir do patrimônio da FURB, com o objetivo de se tornar multicampi.

Muito além das imagens



Margem do bairro Ponta Aguda após a enchente de setembro: mais pressa do que com os atingidos em 2008 (Foto: Leo Laps)

POR DR. MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Ciências Sociais <mam@furb.br>

Há quem diga que as imagens falam por si. Nesse caso, quem teve a oportunidade de ver a terrível paisagem da margem esquerda do Rio Itajaí-Açu no centro da cidade de Blumenau não consegue esconder a preocupação diante do risco de desabamento de muitas casas; imediatamente se convence de que a enchente criou esta situação de risco. Porém, atrás dessa paisagem assustadora esconde-se uma história muito mais antiga e complexa do que a imagem pode sugerir.

Nesse sentido, a controvérsia gerada pela determinação das causas e a definição de estratégias de diminuição do risco de desmoronamento encobre duas perspectivas de se relacionar com a água na região. Por um lado, a crença profundamente arraigada em nossa história de relação com a natureza de que é possível controlar e minimizar os impactos ne-

gativos das enchentes (Modelo Governamental), por outra, a estratégia que reconhece que a água faz parte e é preciso aprender a conviver com as enchentes, aprendendo a geri-las (Modelo Comunitário).

Esta disputa entre os dois modelos de gestão da água em geral e das enchentes em particular não é nova. Na verdade, remonta à década de 1930, quando começaram a ser traçadas as primeiras estratégias. Até aquele período, Blumenau havia sido impactada 19 vezes por enchentes, sendo de dimensões catastróficas em 1980 (17,10m) e 1911 (16,90m). E já naquela época opunham-se as propostas de Oto Rokhol, de criação da S.A. Contra Enchentes, e a do governo provincial liderado por Adolf Odebrecht.

Durante muito tempo acabou prevalecendo o Modelo Governamental de tentativa de controlar a água. O exemplo que mostra melhor esta

estratégia compreende o “ciclo das barragens” iniciando em 1957, no governo Juscelino Kubitschek, e terminado após a enchente de 1992. Porém, foi sendo re-implantado pelas metamorfoses do Projeto JICA:

O problema dos desastres em geral e do desmoronamento da margem esquerda em particular é um problema de natureza política. O prevalecimento histórico do Modelo Governamental em detrimento do Modelo Comunitário acabou agravando o problema

Plano de Reconstrução do Governo Amin, PLADE do Governo Kleinubing e, novamente após os desastres de 2008, no Governo Luiz Henrique.

Somente na década de 1980 começa a ser reformulada a estratégia de gestão local da água por meio do Modelo Comunitário. Inicia com a implantação do Projeto

Crise para o estabelecimento de estratégias de previsão e preparação, ampliado com o Projeto Itajaí para a gestão integrada da questão ambiental, consolida-se com a criação do Instituto de Pesquisas Ambientais

acabou agravando o problema. Esta estratégia estabeleceu um ciclo de retroalimentação positiva:

- 1) perdas provocadas por desastres geram demandas da população;
- 2) são respondidas com ações governamentais;
- 3) geram falsa imagem de segurança e estimulam a ocupação de áreas de risco;
- 4) acabam agravando o problema.

Portanto, a discussão em torno da margem esquerda coloca em questão a própria forma de organização política da região, o que permite o estabelecimento das seguintes constatações:

- 1) o que se encontra por trás das imagens é a disputa pelo modelo de gestão dos recursos hídricos;
- 2) a pressa na decisão para o estabelecimento da estratégia de proteção contrasta com os atingidos em 2008;
- 3) as imagens escondem a responsabilidade do poder público.

tais da FURB e institucionaliza-se com a criação do Comitê do Itajaí.

O problema dos desastres em geral e do desmoronamento da margem esquerda em particular é um problema de natureza política. O prevalecimento histórico do Modelo Governamental em detrimento do Modelo Comunitário

CEOPS e o sistema de alerta contra cheias

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPES <leolaps@gmail.com>

Enchentes como a do último mês de setembro acompanham a história de Blumenau desde a sua fundação. Em 29 de outubro de 1852, dois anos após a chegada dos primeiros colonos alemães às margens do Itajaí-Açu, o principal rio da Bacia do Itajaí atingiu 16,30 metros, pico ultrapassado apenas em outras duas ocasiões: 1880 (17,10m) e 1911 (16,90m). Entretanto, foram as cheias de 1983 e 1984 que, de maneira traumática, mudaram a maneira dos blumenauenses lidarem com as chuvas, os rios e os ribeirões – assim como, em 2008, os deslizamentos de terra abriram os olhos do poder público e da população para a ocupação desordenada dos morros da região.

No início da década de 1980, a cidade possuía mais de 160 mil habitantes e crescia num ritmo maior que qualquer outra do Estado, impulsionada pela indústria e pela consequente imigração. Em 1983, quando o Itajaí-Açu subiu nada menos que quatro vezes, só a maior enchente da série (em julho, 15,34m) desabrigou mais de 150 mil pessoas e deixou prejuízos na ordem de US\$ 1,1 bilhão, segundo pesquisa de Beate Frank e Adílson Pinheiro (*Enchentes na bacia do Rio Itajaí: 20 anos de experiências*, editado pela Edifurb em 2003).

No ano seguinte, a cidade sofreu mais uma vez com uma cheia de 15,46m. Depois desta sequência de desastres, professores, pesquisadores e voluntários instituíram o Projeto Crise dentro da FURB. O objetivo era conjugar diversos subprojetos nas áreas de Meteorologia, Hidrologia, Cartografia e Pesquisa Operacional para diminuir o impacto social, econômico e ambiental das constantes cheias na região.

SISTEMA DE ALERTA

Uma das principais metas do Projeto Crise era a implantação de um sistema de alerta que permitisse prever cheias e retirar a tempo a população e bens materiais de locais que pudessem ser atingidos pelas águas. Assim, surgia o CEOPS (Centro de Operação



do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Itajaí), que até hoje é o órgão responsável pela coleta e análise de dados das estações telemétricas espalhadas pelos rios do Vale do Itajaí.

Instalado em uma sala do Bloco T do Campus I, é o CEOPS que informa a Defesa Civil e a população, através da internet, sobre a

Instalado em uma sala do Bloco T do Campus I, é o CEOPS que informa a Defesa Civil e a população, através da Internet, sobre a quantidade de chuvas e o nível dos rios para, assim, avaliar a possibilidade de uma nova enchente

quantidade de chuvas e o nível dos rios para, assim, avaliar a possibilidade de uma nova enchente. Foi graças ao desenvolvimento, a partir de 2006, de um novo projeto de reestruturação do sistema de alerta, criado pelo Instituto de Pesquisas Ambientais da FURB (IPA) e pelo CEOPS e financiado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS), que o órgão pode calcular com

seis horas de antecedência que o Rio Itajaí-Açu subiria 13 metros no dia 8 de setembro.

FINANCIAMENTO

A reestruturação, que prevê até o final de 2011 a transmissão de dados em tempo real via satélite (até agora, as informações chegam através da telefonia fixa e móvel ou rádio,

e quanto mais maneiras de transmissão, menos chances de ficar sem dados em uma situação de emergência), foi a segunda desde que o sistema foi implantado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), após a sequência de desastres de 1983 e 1984. Segundo Hélio dos Santos, coordenador do CEOPS e professor da FURB há 25 anos, um dos maiores problemas do sistema de alerta é a fal-

ta de garantia de recursos anuais para manter as estações no Vale do Itajaí. “Não é algo caro para o Estado, custa em média R\$ 20 mil ao mês. Entretanto, só agora políticos e a SDS estão discutindo a garantia dessa verba dentro do orçamento do governo”, informa.

Desde os primeiros anos do sistema de alerta contra cheias, essa incerteza financeira tem resultado em um ciclo de sucateamento das estações telemétricas da Bacia do Itajaí. O projeto descreve a situação em meados da década passada: “As condições atuais do sistema de monitoramento hidrometeorológico da bacia do rio Itajaí-Açu são de obsolescência na maioria das estações telemétricas existentes. Para que o Sistema de Alerta de Cheias da bacia volte a operar com confiabilidade, torna-se necessária uma ampla substituição dos equipamentos existentes e a instalação de novas estações de telemetria. Esta atualização do sistema permitirá ao CEOPS/FURB subsidiar com um grau maior de segurança a Defesa Civil de Blumenau e demais municípios do Vale.” Hoje, há 16 estações na Bacia do Itajaí, e mais três estão sendo instaladas

até o final do ano. Elas vão transmitir dados em tempo real para o CEOPS, dando ainda mais tempo para poder público e população se prepararem para eventuais novos desastres.

FEDERALIZAÇÃO

A forma de financiamento atual da FURB, através principalmente de mensalidades, impõe limites ao desenvolvimento pleno do CEOPS, que já chegou a ocupar três andares do Bloco T. “Poderia haver mais pesquisa e extensão, mas a FURB não consegue bancar, mesmo com financiamento externo dos projetos. Se a universidade for federalizada, poderemos agregar mais bolsistas e abrir linhas de pesquisa em pós-graduação. Este é nosso sonho”, revela Hélio dos Santos.

O CEOPS é mantido atualmente por cinco professores (Hélio, Ademar Cordero, Dirceu Luis Severo, Julio Refosco e Mario Tachini), além de bolsistas. “Para que o CEOPS pudesse ser aperfeiçoado, os professores teriam de ter apenas 12 horas-aula e o restante dedicado aos projetos do órgão”, argumenta o coordenador. Atualmente, é justamente o contrário que acontece.

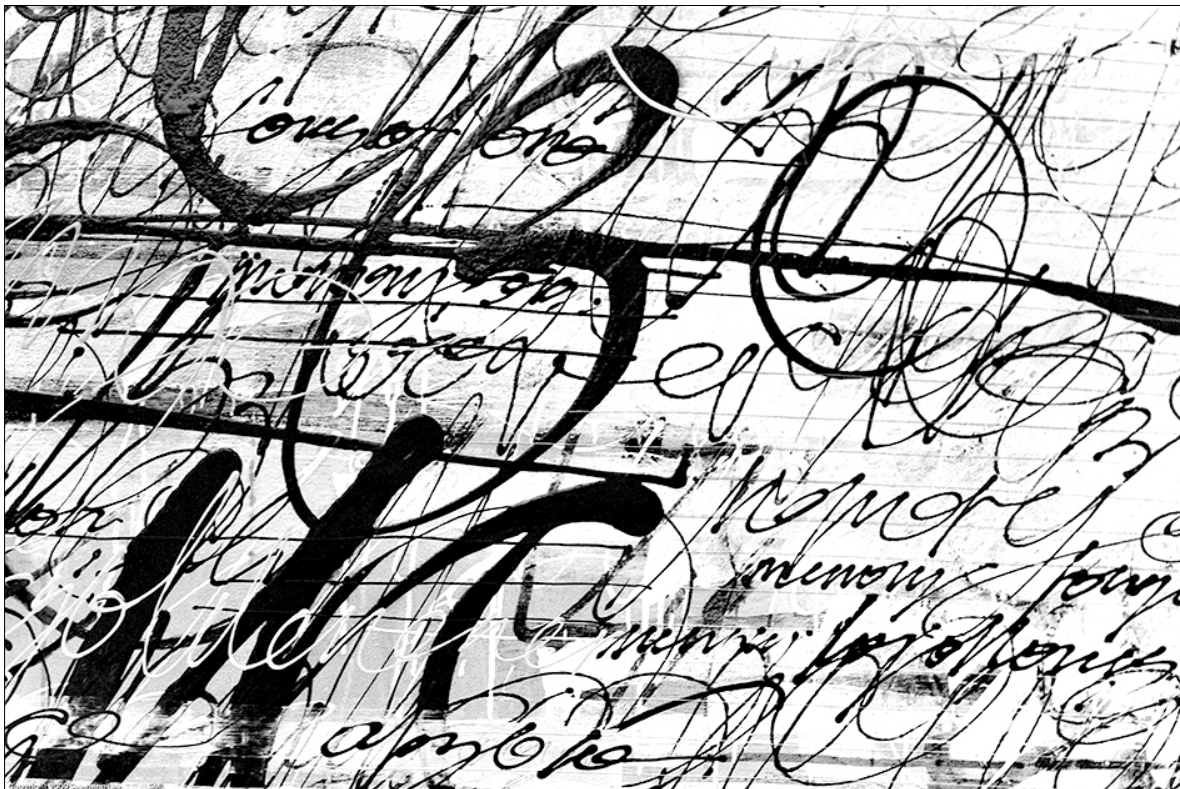
Avisada com seis horas de antecedência na última cheia, moradores puderam minimizar prejuízos e buscar segurança
(Foto: Leo Laps)

“A senhora desculpa esse nosso alemão caipira”

Um olhar para o cenário plurilíngue e intercultural da região

POR MARISTELA PEREIRA FRITZEN, Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp e Professora do Departamento de Letras e do Programa de Mestrado em Educação da FURB <mpfritzen@gmail.com>

See-ming Lee - http://www.flickr.com/photos/seeinglee



Em uma época em que se discute amplamente, em diferentes esferas, o respeito à diferença, ao diferente, parece oportuno lançarmos nosso olhar ao contexto local, como alguém que busca estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho, conforme nos ensina o antropólogo da Educação, Frederick Erickson. Parece que o primeiro passo para lidar com a diferença é o exame do próprio contexto sócio-histórico local.

A constituição do cenário da região, por razões históricas e políticas, entre outras, reuniu num mesmo espaço geográfico grupos étnicos diversos, com sua língua, sua crenças, seus comportamentos e modos de construir sentidos às suas ações e ao contexto em que se inserem. Na região do Vale do Itajaí ainda é possível encontrarmos hoje grupos sociais que conservam a sua língua de herança, como o alemão, o italiano e o polonês, além das línguas indígenas, formando o que se tem chamado de bilinguismo/multilinguismo social. Essa perspectiva difere do bilinguismo de escolha, em que as pessoas optariam por aprender, além da língua oficial, hegemônica, no nosso caso o português, uma outra língua de prestígio internacional, como o inglês, por exemplo. O que

ocorre aqui é a coexistência do português (aliás, não apenas de um português, mas de variedades distintas do português) ao lado das línguas de imigração.

Não podemos pensar, no entanto, que essa coexistência se dá de forma pacífica, harmoniosa. O próprio fato de ainda haver falantes de línguas de imigração no Vale já demonstra, de algum modo, as disputas e tensões - e, de certo modo, o malogro -, travadas na busca da construção de uma identidade nacional homogênea, em que a língua da nação deveria coincidir com a língua materna de todos os seus habitantes. Se hoje parece natural que a língua do Brasil seja o português, ou o português brasileiro como defende uma corrente de linguistas, isso não se deu sem conflitos, coerções e punições. Desde as reformas do Marquês de Pombal, em 1757, a então Coroa Portuguesa, ao perceber a propagação da língua geral, que se formou com base no tupi, impôs a língua portuguesa em todas as suas colônias, por considerar que a língua era o melhor instrumento para marcar o domínio do império lusitano.

Mais recentemente, a região Sul, em especial, foi alvo de campanhas de nacionalização do ensino, a primeira empreendida a partir de 1911 e a segunda, de 1937. As práticas so-

ciais de leitura e escrita em língua alemã que se propagavam em muitas cidades se chocavam com o ideal monocultural do país. Por isso, medidas legais impuseram o fechamento das escolas teuto-brasileiras comunitárias e religiosas, da imprensa em língua alemã, entendida como língua estrangeira, da queima de livros e outros materiais escritos em alemão, por fim a proibição das línguas de imigração e o silenciamento de seus falantes. Se até 1940, o alemão era língua

Embora os avanços da Linguística tenham demonstrado, há décadas, que uma característica inerente à língua é sua variação, a visão de purismo linguístico ainda prevalece

de prestígio, por ser legitimada por meio de práticas de leitura e de escrita que tinham lugar na escola, na literatura, na imprensa, após esse período ela perdeu o contato com a escrita e se restringiu, em grande parte, apenas à oralidade.

Não pretendemos aqui justificar discursivamente a pretensa superioridade ou inferioridade de determinadas línguas, indivíduos ou grupos sociais, mas mostrar que as línguas faladas na região fazem parte de um processo de resistências à imposição de uma única língua

e de uma cultura única, essa última entendida não como um substantivo, algo dado, mas como um verbo e, por isso, um processo ativo de construção de significados, como explica Brian Street.

Se a língua é uma dimensão da cultura e se a cultura é uma construção discursiva, construída pela linguagem, poderíamos nos perguntar: que representações têm sido construídas para essas línguas de imigração e esses grupos étnicos, especialmente os teuto-brasileiros? Quem nunca ouviu falar em ‘língua de colono’, ou declarações como essa, recentemente proferida por uma pessoa respeitada da cidade, “os alemães de Blumenau falam alemão fluentemente errado”?

Parece que aí está o grande nó da questão e um ponto crucial a ser discutido. Embora os avanços da Linguística, com o nascimento da Sociolinguística, tenham demonstrado, há mais de cinco décadas, que uma característica inerente à língua é sua variação, a visão de purismo linguístico ainda prevalece em muitas representações de língua. Persegue-se com frequência um padrão de língua baseado apenas em um sistema fechado e imutável, que não admite “desvios”, “misturas” que possam conta-

geral, os que aprenderam em casa a variedade oral do alemão da região sofrem duplo preconceito. Quando falam alemão, falam um alemão “corrompido”, que “não é mais alemão”, e precisam se desculpar por isso; quando falam português, as marcas do alemão – as marcas de sua identidade e de sua origem, como diria o sociólogo Zygmunt Bauman – denunciam seu lugar social: “são colonos alemães”.

Não há dúvidas de que as manifestações culturais das minorias linguísticas da região, incluindo também os ítalo-brasileiros e os grupos que ainda falam polonês, nos desafiam a conviver e a lidar com questões identitárias, políticas e de poder que não podem ser descoladas das questões linguísticas. Nesse sentido, ao procurar dar visibilidade à complexidade desse cenário, inspiramo-nos e nos apoiamos em uma visão crítica de multiculturalismo, que vai além da tolerância e do respeito, pois procura fazer uma análise dos processos e discursos que produzem as diferenças e as relações de poder neles intrínsecas.

Concluimos essa breve reflexão acerca do cenário sociolinguístico da região, cientes de que, como advoga o linguista Kanavillil Rajagopalan, ao lado das projeções de identidade de pesquisador, encontra-se o de militante, que entende que suas atividades científicas têm uma dimensão política, isto é, que as suas análises tentam, de alguma forma, influenciar o modo como os fenômenos são vistos e interpretados. Diante dessa perspectiva, é preciso reforçar que todas as línguas em uso variam. O alemão falado na Alemanha não é uma língua homogênea. O português falado em Portugal também sofre variações. Para fechar, lembremos a afirmação do Nobel da Literatura, José Saramago, sobre o fenômeno da variação linguística: “não há uma língua portuguesa; há línguas em português”. Parafraseando Saramago: não há uma língua alemã única, há línguas em alemão. Ein Prosit!

Não alimente os macacos

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, escritor e editor do site Sarau Eletrônico
(www.bu.furb.br/sarau eletronico), da Biblioteca da FURB <viegas@furb.br>

Tem esse velhinho, que todos os dias vejo parado diante daquela estante esquecida, de pé, folheando as páginas de uma antiquada Delta Larousse. Vejo-o pelo vidro do aquário onde trabalho. O aquário em questão – explique-se – é uma dessas horrendas repartições que inventaram para isolar funcionário – eu – e os usuários da biblioteca. “Não alimente os macacos” – sugeri certa vez que escrevessem em uma das faces do vidro, para que todos soubessem que uma biblioteca pode também parecer um zoológico. E é, claro que é. Não só a biblioteca, mas toda a Universidade da qual esta faz parte, um zoológico repleto de bichinhos, alguns exóticos, outros bastante comuns, enfim. “Não alimente os macacos”. De qualquer maneira, sou eu que observo e estranho. O velhinho – também não é assim tão velho, mas se trata de um senhor, claro que sim – continua ali, estranhamente continua ali, não cansa, de pé, às mãos o volume número 9 (HOR – MAR), edição de 1974. Intriga-me saber o que procura.

Da outra vez, depois de ido o velhinho e devolvido o volume à estante, dignei-me a abandonar provisoriamente o aquário e encontrar o volume número 9 da Delta Larousse, ainda quente das mãos que por tanto o seguraram. Estão um pouco descoladas e amarfanhadas as páginas 4053 a 4058, logo suponho serem estas o alvo da curiosidade do velhinho – que também não é assim tão velho. Há, na 4053, uma breve biografia do escultor grego Lisipo, nascido em 390 antes de Cristo e data de morte ignorada. As informações, claro, são da própria edição de 1974 da Delta Larousse. Não o sabia, mas Lisipo foi o retratista oficial de Alexandre, o Grande. Há, inclusive, foto da réplica da estátua “Hermes amarrando a sandália”, pertencente ao museu do Louvre. Hermes, claro, está nu, como se apetece estar na clássica estatuária grega. Já a página 4054 reúne de “Lispector, Clarice” – com direito à reprodução do retrato desta escritora pintado por Chirico – a “lissofobia” – o medo doentio de contrair raiva – , “lister”

– um tipo de atadura impregnada pelo ácido fênico –, concluindo com “Listing (Johann Benedikt)” – o físico e geodista alemão, morto em 1882, autor de estudos sobre o vulcão Etna. 4056 e 4057 não têm figurinhas, mas uma boa porção de pequenos verbetes que vão de “literatura” a “litoral”, passando pelos estrambóticos “litergol”, “litisconsórcio”, “litoglifite”, “litomástix”, “litopalaxia” – que a enciclopédia muito reveladoramente explica tratar-se do mesmo que a litotripsia –, chegando no “litopônio”, verdadeiro palavão, convenhamos, com uma sonoridade ímpar quando verbalizado. Diga aí, em alto e bom som: “sou mesmo um litopônio!”, e sorria o riso dos bobos.

Litopônio enche mesmo a boca e nos orgulha da capacidade do ser humano nominar absolutamente tudo o que existe, até mesmo a pigmentação branca formada de sulfato de bário e sulfeto de zinco (e vivas à Delta Larousse!). Até porque só não tem nome aquilo que não existe, afinal, antropocêntricos que somos, só existe aquilo que sabemos existir e, para que saibamos da existência de algo, este algo precisa ser batizado, não é mesmo? Bem, deixemos. Quero mesmo registrar que na página 4058 temos de “Lito-

ral de Camocim e Acaraú” a “litro”, sim, o singelo litro, mas que tem direito à ilustração na margem esquerda da página: cinco exemplos de litros (de estanho para álcoois, de vidro para bebidas, de vidro para leite, de metal para leite e de madeira para cereais)

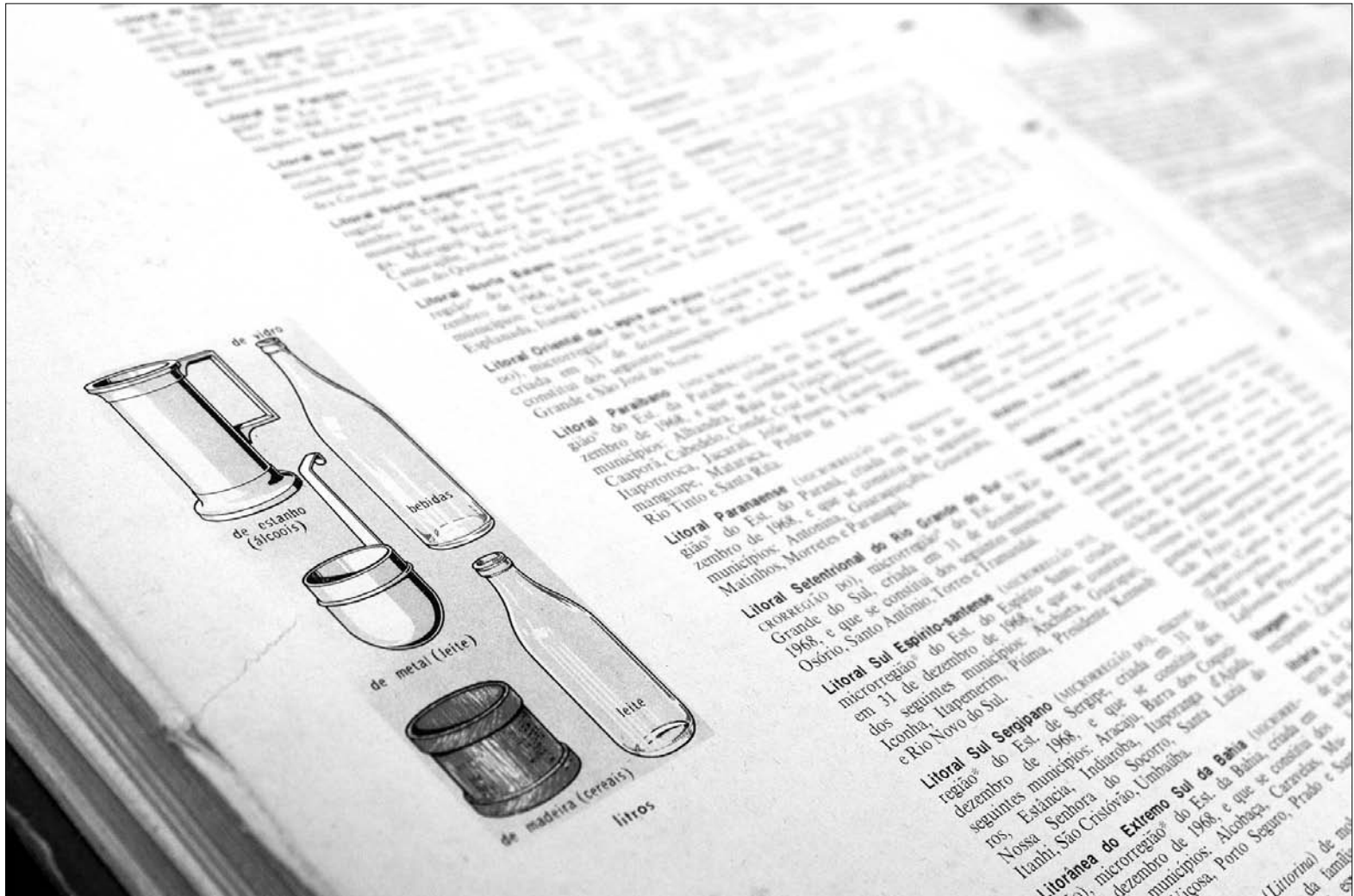
Litopônio enche mesmo a boca e nos orgulha da capacidade do ser humano nominar absolutamente tudo o que existe

deira para cereais) – vejam vocês a que nível de minúcia chega a Delta Larousse, edição de 1974. Fantástico! Será que nosso velhinho – que também não é assim tão velho – interessava-se pelo litopônio? Ou procurava mesmo saber quem fora Li Tch’eng, que não citamos mas que também está lá, no meio da página 4055. Só mesmo uma enciclopédia é capaz de produzir um ordenamento tal. O volume número 9 (HOR – MAR), por exemplo, inicia com “Körner (Theodor)”, na página 3837, e conclui com “mar-te”, não o planeta, mas o elemento Ferro na alquimia, na página 4328. Entre Körner e Marte, uma galáxia de possibilidades!

Todo este exercício em torno do nosso velhinho – que também não é assim tão velho – porque este me devolve, cada vez que o vejo ali, medieval e disciplinadamente ereto empunhando a Delta Larousse, ao prazer que me proporcionava uma enciclopédia desde os primeiros tempos em que aprendi a ler, até o final da minha adolescência. Durante todos os meus anos de ensino fundamental, que cursei na escola Machado de Assis, meu sonho sempre foi poder ostentar na estante lá de casa uma rubra Barsa. Sim, pecaminosamente rubra, a Barsa servia-me de porta para a perdição, como os livros proibidos da biblioteca imaginada por Umberto Eco em “O nome da rosa”. Tudo era possível de se encontrar na Barsa, assim como suponho crer nosso velhinho – que também não é assim tão velho – na antiquada Delta Larousse, edição de 1974. A Barsa, entretanto, nunca a pude possuir como desejei, cara como era e pobres como sempre fomos. Não a podiam comprar, meus pais, e assim perdia-me em suas páginas nas edições antigas, disponíveis na biblioteca escolar. Digo mais, fazia parte do kit de sobrevivência escolar aprender, tão logo quanto possível, a consultar uma enciclopédia. Não havia tema para trabalho escolar que não se achasse nesses carta-

pácios que agora descansam esquecidos – salvo por nosso velhinho – nas estantes que abarcam meus olhos a partir deste aquário. Qual o jovem estudante que hoje sonha com uma prateleira repleta dos volumes sedutoramente rubros de uma Barsa?

Os tempos mudaram, mudaram depressa. Não estão piores, não estão melhores, apenas mudados. Hoje queremos ajudar a escrever a enciclopédia em bits e bytes e, se possível, incluirmos nossa biografia nela. Justo, muito justo! A mim, entretanto, fica o sabor de uma ausência. Uma enciclopédia com suas dezenas de volumes e milhares de páginas é todo um universo possível de ser abarcado por nossos olhos e mãos e, por força do acaso, lança-nos ao rosto a eloquência de um litopônio. Um universo real, palpável, tangível, que me presenteava com uma certa sensação de onisciência – falsa, é bem verdade, mas ainda assim poderosa – e me aproximava de Deus. A enciclopédia disciplinava o mundo, ainda que promovendo aproximações caóticas. Aproximações como estas, de um velhinho – que também não é assim tão velho –, uma enciclopédia, o funcionário de uma biblioteca enjaulado no aquário de vidro e uma tabuleta onde poderá se ler: “não alimente os macacos”.



Página 4058
do volume 9 da
enciclopédia
Delta Larousse:
litopônio,
litorais e
litro (Foto
Leo Laps)

Suicídio e sociedade

O que vem fazendo mais pessoas no mundo todo, ano após ano, buscar o fim da própria vida?

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPE <leolaps@gmail.com>

O suicídio acompanha a espécie humana desde os seus primórdios. Da Grécia Antiga, onde havia centenas de palavras para classificar o ato, até nossos dias, esta forma voluntária – ou nem sempre – de encerrar a própria existência já teve uma variedade de conotações. Entretanto, seu significado mais generalizado na sociedade ocidental persiste há pelo menos mil e quinhentos anos: para uma maioria (religiosa ou não), se matar é antes de mais nada um pecado contra a vida.

Na imprensa, suicídios são censurados sob a justificativa de não estimular outras pessoas a fazer o mesmo e para preservar a família do suicida. Quando um caso é publicizado, tem como tom o sensacionalismo e a superficialidade. Foi o que ocorreu em março deste ano, quando a atriz Cibeles Dorsa – bela, jovem e rica – se atirou do sétimo andar de seu prédio, no Rio de Janeiro, dois meses depois de o mari-

ganização Mundial de Saúde (OMS) considerar a auto-extinção um problema de saúde pública –, o número de suicídios no mundo ultrapassou, pela primeira vez, o de óbitos em homicídios e guerras. Estes somaram 730 mil vítimas. A quantidade de suicídios e tentativas (uma relação de um para quatro, segundo especialistas) cresce a cada ano – principalmente na faixa etária dos 15 aos 35 anos. Para 2020, a OMS calcula que o número deve bater a casa dos 1,5 milhões.

SINTOMAS

O Sul do Brasil tem o histórico de principal foco de suicídios do país. Rio Grande do Sul, com 10,7 suicídios para cada 100 mil habitantes, e Santa Catarina, com 8,1, lideraram as estatísticas em 2008, segundo o SUS. Mas a lista muda quando se estreita a faixa etária contabilizada: Roraima, Mato Grosso do Sul e Amapá são os estados onde mais jovens de 15 a 24 anos, a cada 100 mil habitantes, tiraram a

“A morte nos fala muito sobre a vida, a saúde e o modo como uma sociedade funciona. Se muitos morrem de tabagismo, cria-se ferramentas para reprimir o tabaco. O mesmo para álcool e direção. Mas se as pessoas estão se suicidando, como se explica e como se age?”, ponderou o psicólogo paulista Nilso Berencheim Netto, especialista no tema, em aula magna realizada na FURB em julho, pelo Centro Acadêmico de Psicologia. Pesquisador há mais de uma década do tema, ele alertou para as estatísticas que ligam a maioria dos casos de suicídio à doenças psíquicas, especialmente depressão e uso de drogas psicotrópicas. “Este é o discurso da OMS, e eu acredito que há um objetivo: explicar o aumento dos suicídios pela doença, pela loucura, pela incompetência para sobreviver a este mundo”, argumentou Netto.

O psicólogo iniciou a aula expressando uma opinião controversa: defendeu a opção do suicida que, vo-

COMPETIÇÃO

De fato, o que levou 1.783 jovens brasileiros de 15 a 24 anos a se matar em 2008? O que faz com que, na Espanha, o número de suicídios seja maior, nos últimos anos, que o de mortos em acidentes de trânsito? Netto tem uma opinião que vai contra o que prega o manual sobre suicídio da OMS destinado à imprensa, que sugere evitar relacionar o suicídio ao sistema social e econômico. Ele enumera os mitos da igualdade, da liberdade e da mobilidade social – “existe, mas é para poucos, e estes são superexpostos e supervalorizados, servem de exemplo: trabalhe bastante e conseguirás” –, a ditadura do corpo perfeito, da felicidade e da produtividade, todos incutidos de forma cada vez mais perversa no âmago de cada cidadão através, principalmente, da mídia, da publicidade e da despolitização da população. “Se somos todos competidores, não há como nos agregar. Assim, vamos nos tornando cada vez mais solitários e desumanos”, argumenta Netto. Neste cenário, o suicida, parafraseando Thomas Hobbes, é o “mau soldado” que abandona “a guerra de todos contra todos”.

Nada mais competitivo no mundo moderno que o mercado de trabalho, afinal, é ele que parece determinar o status e as possibilidades do tal corpo perfeito, daquela felicidade desejada. Não é à toa que notícias sobre suicídio estejam cada vez mais atreladas ao nome de uma empresa.

Em maio, a fábrica de automóveis Renault foi responsabilizada no Tribunal de Apelação de Versalhes, na França, pelo suicídio do engenheiro de computação Antonio B. (nome fictício a pedido da família), de 39 anos. Foi um dos três casos ocorridos na empresa em um período de seis meses, entre 2006 e 2007. Segundo relato na revista Exame, o funcionário chegou a perder oito quilos devido às pressões e à alta carga de trabalho. Na China, a série de suicídios dentro da Foxconn, fabricante de produtos como o iPhone, também chamou a atenção do mundo ano passado. “Se você ver o discurso dos (departamentos de) Recursos Humanos hoje, encontrará o termo ‘resiliência’ como qualidade. Ou seja: bom é quem aguenta porra-da”, analisou Netto. Vamos ao Aurélio: “*Resiliência* [Do ingl. *Resilient*.] Adj 2 g. 1. Fís. Propriedade pela qual a ener-

gia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica. 2. Fig. Resistência ao choque.”

SAÚDE PÚBLICA

Qual a imagem de Blumenau no Brasil? Cidade da Oktoberfest, da cerveja, mas também do trabalho árduo, da garra do povo que se reergue a cada enxurrada, do empreendedorismo, da qualidade de vida e da produtividade traduzida em cifras e altas porcentagens do PIB. Mas em 2005, segundo dados do SUS, a cidade superou também a média de suicídios de todos os estados brasileiros, com 10,9 casos a cada 100 mil habitantes – o Rio Grande do Sul surge com 9,9 no mesmo ano.

Alarmados por este número, os hoje psicólogos Vanessa Cristina Oliveira e Rafael Kormann Merizio desenvolveram um Trabalho de Conclusão de Curso na FURB, em 2006, em que sugeriam a criação de uma central, dentro da rede municipal de saúde, para atender pacientes que tentaram suicídio. “Percorremos unidades de saúde da região e vimos que o tratamento para quem tentava se matar era apenas recuperar a saúde física e mandar as pessoas de volta para casa”, lembra Kormann.

A ideia era criar uma rede envolvendo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), SAMU, Corpo de Bombeiros, Centro de Valorização à Vida (CVV), entre outros, que encaminhariam à central pessoas que tentaram suicídio ou aqueles que estão tentados a cometê-lo. Mas sem obter verba para implantar a experiência, a dupla de estudantes limitou-se a fazer uma capacitação com agentes de saúde do município. “A saúde mental, por diversos motivos históricos, não recebe no país o mesmo senso de prioridade da saúde física”, comentou Kormann. Hoje, quem tenta auxiliar suicidas potenciais na cidade são o CVV e os CAPS, o que para o psicólogo não garante um tratamento com resultados positivos para estes cidadãos.

Se em Blumenau o suicídio atinge números elevados, a cidade também já foi a “terra da fluoxetina”, devido ao alto consumo per capita do antidepressivo na cidade – a overdose de medicamentos, por sinal, é um dos métodos mais recorrentes dos suicidas de todo o planeta.

do ter feito o mesmo. Em julho, em Blumenau, uma mulher matou o ex-namorado e depois tentou, sem sucesso, se suicidar com um tiro: virou caso de polícia. Assim, a não divulgação de suicídios tem lá suas exceções.

O que essas exceções não revelam é a epidemia que órgãos de saúde de todo o globo vem contabilizando. Em 2001 – um ano após a Or-

própria vida no mesmo ano.

Os números recentes no Nordeste e Norte do país são alarmantes: segundo o *Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil*, do Instituto Sangari, Paraíba, Piauí e Sergipe triplicaram o número total de suicídios de 1998 a 2008. No país, enquanto a população cresceu 17,8% no período, os suicídios aumentaram em 33,5%.

luntariamente, tira a própria vida. “Não quero ser apologeta disto. Mas, em vez de apenas apontar e maldizer o suicida, é preciso compreender o porquê do seu ato”, afirmou Netto, para então trazer uma reflexão: “Atualmente, nesta sociedade alienante, um suicídio raramente é uma morte voluntária. Ele se parece mais com um assassinato”.

